



Exmo. Senhor

Presidente da 5.ª Comissão de Orçamento e Finanças

Deputado Filipe Neto Brandão

REQUERIMENTO

A Caixa Geral de Depósitos (CGD), enquanto banco público, tem um dever especial de garantir o acesso da população aos serviços bancários essenciais, primeiramente e sobretudo nos casos em que, de outra forma, não possa a população aceder a tais serviços, seja por não ter acesso à internet e ao *home banking*, seja por obstáculos à mobilidade.

Assim, apesar de ser imperativo que a gestão da CGD seja orientada por princípios de racionalidade e sustentabilidade, não podem esses princípios colidir com a necessidade de assegurar a presença do banco público em todo o território nacional.

Merece por isso melhor esclarecimento a decisão já confirmada pela CGD de encerrar 23 balcões, decisão essa que tem de resto suscitado grande preocupação, desde logo com a reação da Sindicato dos Trabalhadores das Empresas do Grupo CGD (STEC), mas também com vários protestos populares contra a decisão.

Com efeito, além de ser imperioso perceber se o anunciado encerramento destes 23 balcões foi precedido de uma avaliação que sustente o encerramento dos balcões em causa e, em caso afirmativo, quais os pressupostos em que assentou a decisão de encerrar esses balcões, importa ainda que sejam prestados esclarecimentos sobre as consequências do encerramento destes balcões para os trabalhadores que neles se encontram a prestar atividade.

Face ao exposto, vem o GPPS requerer a realização de audição com a Comissão Executiva da CGD, por forma a que possa a Comissão de Orçamento e Finanças ver prestados os esclarecimentos necessários sobre o plano de encerramento de balcões da CGD.

Palácio de São Bento, 14 de setembro de 2022,

As Deputadas e os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista